

HISTÓRIA

N.º 18

Abril 1980

Preço 50\$00



**25 de Abril:
a viragem**

**1967-1974:
bombas
contra o regime**

**As grandes linhas
da arte rupestre**

o jornal

1916:

“A Aurora” denuncia o significado da Guerra

António Louçã

Ainda hoje as comemorações referentes à participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial se revestem quase sempre de um carácter patriótico. Evocam-se a batalha de La Lys, as campanhas africanas e os militares que se bateram numa e noutras pela conservação dos territórios de administração portuguesa.

Compreende-se facilmente que os calendários oficiais conservem a memória desta faceta — e não de outras — da intervenção portuguesa.

Em primeiro lugar, porque a memória toma sempre um partido e selecciona apenas o que lhe convém. Em segundo lugar, porque nem era muito difícil «esquecer» as manifestações de atitude antiguerriista do povo português no início da intervenção. Elas foram, com efeito, débeis, e não se traduziram imediatamente em acções de massas que impusessem a sua recordação à posteridade. Os autores que se debruçaram sobre esse período são unânimes em reconhecer que a entrada de Portugal na guerra e as medidas de excepção do governo afonsista coincidem com uma quebra acentuada no ritmo das greves operárias (1).

Isto não significa, porém, que todo o povo se tenha fundido numa mesma atitude de consentimento semipatriótico para com a política governamental, e que o movimento operário não tenha também algumas modes-

tas comemorações a fazer. Realmente houve, nas condições adversas da «trégua social», quem levantasse a voz com coragem para dizer que aquela guerra não era a dos explorados.

A memória dos historiadores não seleccionou ainda, como objecto do seu interesse, a maior parte dessas manifestações antibelicistas da imprensa operária. Elas podem constituir uma faceta da intervenção portuguesa ignorada nos calendários oficiais; mas tal faceta ignorada não deve sê-lo também pelos historiadores, porque teve o mérito de anunciar a atitude antiguerriista que já em 1917 saltaria das colunas jornalísticas para as fábricas e para as ruas (2).

Prova-o «A Aurora», semanário anarcosindicalista publicado no Porto sob a direcção de António Alves Pereira e quase sempre com editoriais de Clemente Vieira dos

António Louçã. Licenciado em História. Professor do ensino secundário.

A AURORA

Redacção e administração
Rua do Sol, 131 — PORTO

REDACÇÃO PRINCIPAL
ANTÓNIO ALVES FERREIRA

Editor — Márcio Barbosa

Propriedade do GRUPO DE PROPAGANDA LIBERTÁRIA

Condições d'assinatura (para abast.)

Um ano 200 (200 réis)
Seis meses 100 (100 réis)
Um mês 20 (20 réis)
Para fora do país addese o imposto de selo
Mensal avante, 20 (20 réis)

A liberdade dos povos e os intervencionistas



UM jornal que por
seus um voto par-
rar à mão. É
uma brilhante
confidência que,
em 1912, Emma
Goldman fez em
Londres e que,
apesar de ser ef-
citada há 14

anos, não deixa de ter uma certa relevância com os acontecimentos actuaes. Já então a liberdade dos pequenos povos servia de pretexto aos gustos conquistadores dos países grandes, e Emma referiu-se à liberdade de Cuba pela qual a América desmembrou a sua semelhante espanha, como a Inglaterra o fez hoje para com a Bélgica. Todo o mundo civilizado se sensibilizou com o acto activo da forte e liberalíssima América, que, com o seu próprio sacrificio, libertou Cuba das atrocidades espanholas. Os incantamentos, os apianços, os lozores cruzaram-se no espaço. Mas quando a Espanha ficou hatida pela América, quando esta, pela violação das armas, dominou os cubanos, mais pelo interesse particular de uma dúzia de homens do que pela liberdade daegner: quando as atrocidades espanholas foram repetidas para dar lugar às ferocidades americanas lançadas em ferocidade americana fustas trabalhadores em massa, como em Homestead, e encerrou cetasas délias em infectas marmellas, arrancando-lhes as declarações à baioneta; quando a civilização norte-americana permitiu o linchamento de negros, torturados e queimados vivos pelas tribas enfurecidas, nenhuma mão se levantou em defesa da liberdade desse povo oprimido que, liberto das balas espanholas, ficou entretanto entregue aos saqueadores e brutais instintos dos capitalistas americanos!

A Inglaterra, que poucos interesses tinha ligados a essa em presa, não se incoimou co-

mo agora, e os intervencionistas, que já por esse tempo os havia e bons emdeceram, não se sabendo se por complicitade, se por descepção, ante a nova violação de Cuba, como emdeceram ante a violação das Filipinas, do mantero e das herdades incendiadas, das fazendas destruidas e das mulheres ultrajadas pelos mesmos que foram emancipar Cuba...

Sermões ao ar livre

«Liberdade para todo e para todos, menos para o mal e para os malvados.»

Isto, que li há tempos num jornal católico, que discutia a liberdade de pensar, encontra-se repetido todos os dias, porque foi a doutrina da Inquisição, e é hoje a da Igreja, a do Estado, a de todos os dogmas e tiranias.

Não admira. A Igreja possui a Verdade com maiúscula e com infesta certeza. Vem-lhe do Deus. A fé cega não admite o erro. A heresia é o mais monstruoso de todos os crimes—dizia e padre Bernardo Gui. O mal é a heresia. Os senhores da Verdade absoluta, os possessores da horrível mania da certeza não admitem a menor contradição.

Errar é só humano, não divino; e a Igreja representa a divindade e tem em depósito, na terra, as suas verdades infalíveis e eternas.

Sendo a verdade relativa, sendo as verdades um cabedal laboriosamente acumulado e modificado, pareceria que a liberdade de pensamento não tem senão uma base sólida: a

CLEMENTE VIEIRA DOS SANTOS.

liberdade de errar. O que se chama erro é para quem a profere uma bela verdade — e qual de nós tem razão? qual de nós tem o direito de fixar os limites do falso e do verdadeiro?

A Igreja, que é divina e infalível, julga-se com esse direito, e quando tem força, d'elle usa largamente, encarcerando, torturando e queimando.

E o mesmo fazem, na medida do possível, na medida da resistência oposta, todas as instituições autoritárias, de origem menos divina, mas sem sempre menos dogmáticas. Dispondo do poder, o que elas procuram sobretudo é conservar-se pela violência. Todas elas punem o erro — o erro supremo: a heresia — mas são elas evidentemente quem o delinco.

Assim faz o Estado, isto é, a classe que o dirige, fixando como entende o bem público e o interesse nacional, brandido os dogmas do Patriotismo e da Razão de Estado, determinando os contornos do erro inimigo, refocilando-se voluptuosamente na repressão quando apanha um bom pretexto, uma boa ocasião e um bom spolo.

Torquennada é que nunca deixou de existir. ZENO VAZ.

Santos. Os números dos primeiros meses que se seguiram à entrada de Portugal na guerra, em 9 de Março de 1916, são já um monumento à intransigência da vanguarda operária que, remando contra a embriaguez patriótica do momento, toma posições para a próxima reviravolta da história.

A guerra «da avareza banqueiral»

Na euforia dos primeiros tempos da guerra, as ideologias que faziam dela uma guerra nacional ou uma guerra da democracia contra o militarismo prussiano atingiram,

como se sabe, o zénite da sua popularidade. O primeiro mérito que há que reconhecer a «A Aurora» consiste precisamente em ter denunciado de forma consequente que a guerra não era nem «nacional», nem «democrática», nem «civilizadora».

Trata-se de um mérito tanto mais considerável quanto a demagogia democrática tinha conseguido ganhar para o partido da guerra as maiores secções da II Internacional. Se o tradicional chauvinismo dos governos era impotente para confundir e paralisar o movimento operário, já o seu verniz democrático foi muito mais bem sucedido nessa tarefa.

NORTON DE MATTOS



Norton de Mattos: polemizou com o Governo de Lisboa por entender que, nesse momento, era mais perigosa para o colonialismo português a cobiça germânica do que a revolta dos povos negros. A essa polémica se deve a publicação dum interessante testemunho nas suas memórias.

No entanto, para «A Aurora», o regime da democracia parlamentar não tem mais direito de arrastar o povo para a guerra do que o regime franquista (chega-se mesmo a chamar ao governo afofista «monarquia de barrete frígio»). Nem mesmo a entrada dos socialistas para o governo deveria alimentar qualquer ilusão de que a guerra se tornasse mais «democrática» ou mais «progressista». Em «A Aurora» de 6 de Abril, Clemente Vieira dos Santos denuncia a capitulação dos socialistas portugueses nestes termos: «No mesmo dia em que os socialistas cá do burgo tomavam estas deliberações (não aceitar nenhum lugar num ministério

que, por qualquer título, se organize para aliviar o partido que nos governa'), o representante do partido, perfilado diante do chefe do Estado, transigia, capitulava ante S. Exa., dizendo que se o seu partido se fizesse representar, a convite, num ministério nacional, ele estava às ordens...». A participação dos socialistas no governo é, assim, compreendida como cobertura de esquerda a uma política de guerra essencialmente inalterada.

O fundo desta atitude de princípio encontra-se numa visão lúcida sobre o carácter de classe da guerra. É claríssimo para o nosso semanário que as classes oprimidas não



Os soldados portugueses, cuja vida nas trincheiras da Flandres foi um verdadeiro inferno, promoveram algumas revoltas, prontamente reprimidas, e, à semelhança dos restantes beligerantes, viveram num clima de insubordinação — que no caso português nos últimos meses paralisou completamente as unidades

têm qualquer benefício a esperar dessa guerra, em que o seu único papel é o de fornecer carne para canhão. Logo no número de 19 de Março é publicado um artigo subscrito colectivamente pelo Grupo de Propaganda Libertária em que se protesta contra a linguagem envolvente da imprensa guerrista: «A frase 'nós' em questão cinge pela cinta todo o povo no mesmo abraço de complicitade. Nada mais injusto. Para se escrever 'Nós e a Alemanha' era indispensável que toda a nação estivesse ao facto da política internacional e antecipadamente tivesse dado o seu apoio. Mas o povo, o roto, o esfomeado, com quem antes do conflito ninguém quis solidarizar-se nas suas lutas contra os patrões exploradores e contra os detentores dos géneros alimentícios, nada soube, nada ouviu, nada disse.»

Por outro lado, essa guerra, que revela pela negativa o seu carácter de classe ao impor-se contra a vontade do povo, revela-o também pela positiva ao proporcionar grandes negócios e vantagens de toda a ordem a outros sectores da sociedade. Em 16 de Abril publica-se um artigo sem assinatura que, num estilo irónico frequentemente utilizado para iludir a censura, começa por falar das «atrocidades alemãs, dessa borda de criminosos que não respeitam crianças, mulheres nem velhos, e que chega o seu ódio ao extremo de envenenar fontes». E prossegue: «Nós também condenamos todos os bárbaros. E como está adentro da lógica dos factos, deve principiar-se por atacar o inimigo mais próximo, deve começar-se por dissolver com energia a tremenda coligação dos merceeiros e dos padeiros, dos açambarcadores e dos senhorios, que impossibilita a existência do nosso povo humilde, que coarcta a liberdade de abrigo e alimentação, mais santa que a liberdade política dos povos...»

Além dos merceeiros, padeiros, senhorios e açambarcadores, publicam-se também artigos frequentes denunciando a situação de privilégio que, em tempos de guerra, continua a existir para deputados («A Aurora» de 28 de Maio), para padres (9 de Julho) e até para os funcionários públicos (15

de Julho).

Não teria grande importância assinalar aqui até que ponto um preconceito anarquista pode ser o responsável por esta insistência algo unilateral em denunciar principalmente sócios menores do negócio da guerra. O facto de decisiva importância em «A Aurora» é que os seus redactores compreenderam o carácter de classe que a guerra esconde atrás de adjectivos como «patriótica» ou «democrática».

«Todos, pois, odiosos»

Entretanto, esta não era uma guerra burguesa qualquer. Era a primeira grande matança imperialista a que o mundo inteiro era arrastado por potências que já não cabiam dentro da estreiteza dos seus mercados nacionais. Não se tratava só de padeiros ou de merceeiros, mas de um choque inevitável entre as ambições económicas e territoriais dos dois grupos beligerantes.

Rejeitando mais uma vez a demagogia democrática, «A Aurora» denuncia o carácter imperialista do conflito. Denuncia-o em primeiro lugar no artigo já citado de 19 de Março: «A guerra não é iluminada senão pelos fulgores sinistros da avareza banqueira, do insaciamento do industrialismo e da conquista absorvente de novos mercados mundiais...»

Em 23 de Abril, é publicado um artigo de Clemente Vieira dos Santos que, no estilo irónico de que atrás mencionámos a origem, apresenta a particularidade de denunciar o imperialismo português como mais um entre tantos candidatos à pilhagem dos despojos de guerra: «Se o grupo de nações da nossa banda procura apoderar-se dos mercados do outro grupo, é para se fortalecer para a luta civilizadora. E ao que chamam conquista, não é mais do que províncias resgatadas da tirania austro-teutónico-búlgaro-turca, passando para a refulgente liberdade anglo-luso-italo-franco-russa. Caem os impérios e aquele que tiver a petulância de afirmar em público que se desenvolvem outros é um grande idiota...»

Com esta visão dos interesses de classe que se moviam por trás da guerra, não é



A dureza da vida das trincheiras causou importantes revoltas dos soldados franceses, conhecidos por «poilus»

surpreendente que os mesmos redactores tenham chegado a conclusões semelhantes às que Rosa Luxemburgo anunciava no célebre folheto de Junius, «A crise da social-democracia: *«Se a política proletária deve tomar posição em face da guerra actual, um ou outro dos dois campos do ponto de vista do progresso e da democracia, a verdade é que, considerando globalmente a política mundial e as suas perspectivas futuras, a política proletária se encontra imobilizada entre Scilla e Charybdis, e a questão vitória ou derrota reaparece nestas condições, para a classe operária europeia, tanto no plano político como no plano económico, sob a forma duma escolha desesperada entre dois males»* (3).

Em «A Aurora» de 26 de Março, na sua habitual rubrica anticlerical, Zeno Vaz expressa também de forma clara uma ideia idêntica: *«Todos, pois, odiosos. Para achar infame o Estado alemão, não preciso de lhe juntar a Turquia bárbara, como não necessito de adicionar a bárbara Rússia aos Estados aliados para os achar detestáveis.»* Assim, a fachada democrática que não deveria justificar qualquer tolerância do movimento operário para com a intervenção portuguesa na

guerra, também não pode fundamentar a preferência dos trabalhadores pela vitória deste ou daquele bloco beligerante.

Tal como Rosa Luxemburgo, «A Aurora» aconselha portanto o movimento operário a manter uma posição da mais estrita neutralidade perante esta guerra imperialista.

Ambiguidade sobre a «derrota do nosso país»

Tendo analisado o carácter e classe da guerra, tendo denunciado os interesses parasitários que se movem por trás dela e as consequências funestas que a beligerância de Portugal acarreta para o proletariado, tendo também repudiado a vitória de qualquer dos dois blocos em confronto, «A Aurora» merece já um lugar de destaque na galeria dos que estiveram contra a corrente nesse difícil primeiro ano da intervenção portuguesa.

Mas se, até aqui, estas posições do nosso semanário coincidem em geral com as da ala marxista que em toda a Europa se opôs à guerra, dificilmente se poderia esperar que a sua *precisão programática* fosse mais longe.



Rosa Luxemburgo falando num comício: contra o patriotismo da social-democracia alemã, a grande revolucionária defendeu uma certa neutralidade: quer satssem vencedores os Aliados, quer satssem os Impérios centrais, o proletariado nada de bom poderia esperar dessa vitória

Белогвардейцы и дезертир.



«Transformar a guerra imperialista em guerra civil»; e, mais tarde, levar a guerra civil à própria retaguarda do Exército Branco, incorporando-lhe os soldados: tal foi a política bolchevique, traduzida nesta sequência de cartazes antimilitaristas

Para quem, além de uma vaga simpatia, não tinha com a esquerda socialista de Zimmerwald nenhum laço orgânico sólido, já muito fez «A Aurora». Daqui em diante apenas podemos encontrar, nas suas colunas ou nas suas entrelinhas, um ou outro sintoma excepcional de que se aproxima dessa precisão programática.

No terreno da política concreta para a guerra, a omissão mais gritante é sem dúvida a do problema colonial. Em parte alguma «A Aurora» reivindica a autodeterminação dos povos africanos então sujeitos ao jugo português. Este silêncio é particularmente nefasto se atendermos às circunstâncias especiais que levaram Portugal a intervir na guerra: o desejo de sobreviver como potência colonial foi justamente o factor que mais pesou a favor da intervenção. Acrescente-se que as campanhas africanas, e nomeadamente a de Angola, não eram apenas dirigidas contra a ameaça alemã, mas também em grande medida contra as rebeliões negras (4).

Seria secundário tentar determinar que parte da responsabilidade deste silêncio cabe à censura afonsista (5). O que aqui nos importa é a relação que existe entre ele e o facto de o antiguerrismo operário em Portugal se ter desenvolvido em grande medida por geração espontânea. Isolado, privado de uma direcção política e entregue ao seu instinto de classe, o proletariado português *não chegou nunca a formular um programa derrotista revolucionário*. E não lutar pela derrota da sua própria burguesia implicava justamente o olvido do problema colonial — o terreno em que essa derrota teria sido mais necessária.

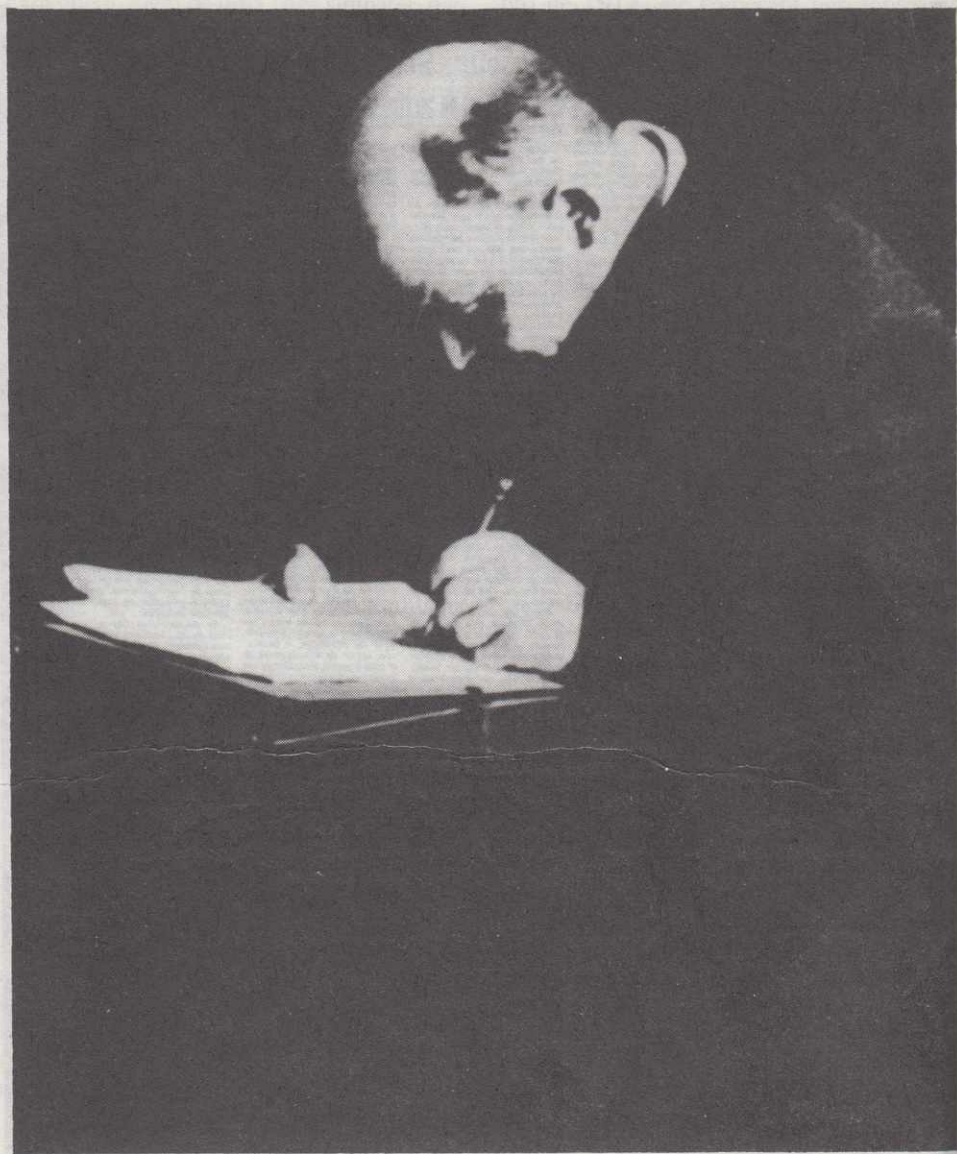
Porém, insistamos em que o antibelicismo do proletariado português não se torna por esse facto uma insignificância no conjunto do panorama europeu. A própria Rosa Luxemburgo subestimou a luta das nações oprimidas pela sua autodeterminação e ficou, no seu folheto de Junius, muito aquém duma formulação derrotista revolucionária.

Foi Lenine quem mais claramente ultrapassou os perigos da posição neutralista. No manifesto sobre a guerra escrito em Setem-

bro de 1914, ele começara por abordar o problema sob essa perspectiva neutralista que também a grande revolucionária polaca opusera ao patriotismo da social-democracia: «*Na actual situação não se pode determinar, do ponto de vista do proletariado internacional, a derrota de qual dos dois grupos de nações beligerantes seria mal menor para o socialismo.*» Mas, imediatamente a seguir, e chegando mais longe do que Rosa Luxemburgo, acrescenta: «*Mas, para nós, sociais-democratas russos, não pode haver dúvida alguma de que, do ponto de vista da classe operária e das massas trabalhadoras de todos os povos da Rússia, o mal menor seria a derrota da monarquia tsarista...*» (6).

Em Julho de 1915, em artigo publicado no «Sozial-Demokrat», concretizava a mesma ideia afirmando que o movimento operário não devia apenas esperar esse «mal menor», mas também contribuir activamente para que ele, e não o «maior», tivesse lugar: «*Os adversários do derrotismo têm simplesmente medo de si mesmos, porque não ousam olhar de frente esse facto aqui-evidente de que existe uma ligação indissolúvel entre a agitação revolucionária contra o governo e a contribuição prestada à derrota deste último.*» E, mais adiante: «*Esta fórmula ('Nem vitória, nem derrota!'), se reflectirmos, significa a 'união sagrada', o abandono da luta de classes dos oprimidos em todos os países beligerantes, porque não podemos praticar a luta de classes sem desferir golpes sobre a 'nossa' burguesia e o 'nosso' governo; ora desferir golpes sobre o nosso governo em tempo de guerra é (di-lo Boukvoied!) um crime de alta traição, é um contributo prestado à derrota do nosso país.*» (7).

Se é certo que o nosso semanário ficou ainda bastante longe desta clara linha derrotista, e se é também verdade que a sua prática, nomeadamente quanto ao problema colonial, se ressentiu dessa distância, não podemos ignorar que, por outro lado, defender a neutralidade significava já um passo em frente e equivalia a recusar as intimações da burguesia portuguesa, para quem o bloco aliado representava a causa da civilização.



Lenine, tomando notas durante um Congresso da III Internacional: ao contrário da Rosa Luxemburgo do «folheto de Junius», apenas admitta a neutralidade como denominador comum do proletariado internacional: os trabalhadores russos não deviam ser neutrais, mas preferir a derrota do seu próprio país

Acrescente-se ainda que chega a aparecer nas páginas de «A Aurora» uma análise que abre as portas à linha derrotista. Trata-se da entrevista com Pinto Quartim, publicada em segunda mão pelo nosso semanário, no seu número de 18 de Junho: «*Se houver conquista, serão eles* (os habitantes da nação

vencedora) *que fornecerão soldados que serão desterrados para o país conquistado, quer para sufocar rebeliões, quer para manter a conquista; e mesmo que se abram novos mercados, as vantagens serão para o explorador do trabalho.*

Sobre o povo do país vencedor cairá o pe-

so da tirania, do Estado fortalecido. E fortalecida com a vitória, a classe dominante tornar-se-á mais insolente e mais reaccionária.» Se a tirania, a insolência e o reaccionarismo da classe dominante recrudescem com a vitória militar, porque não haveriam os oprimidos de desejar-lhe a derrota? Por que razão haviam de ser simplesmente «neutrais»? Esta a questão que se insinua na notável entrevista de Pinto Quartim.

Pode sem dúvida considerar-se que apenas é significativo nesta declaração o facto de a ter produzido, não um membro habitual da redacção de «A Aurora», e sim um revolucionário de formação muito mais cosmopolita. Mas isso não apaga o facto de «A Aurora» ter acolhido nas suas páginas, com entusiasmo, a entrevista, e de a não ter considerado contraditória com as posições menos precisas do seu antiguerrismo espontâneo.

«Transformar a guerra imperialista em guerra civil»

Também esta famosa palavra de ordem leninista esteve ausente da campanha antiguerista desenvolvida pelo nosso semanário. Omissão importante, porque a indefinição do *como* opor-se à guerra se arrisca a esvaziar completamente as declarações de intenção contra ela.

No caso português, esta indefinição deu origem a dois tipos de situações. Em primeiro lugar, a inexistência de uma linha que visasse transformar a guerra em revolução social permitiu que a luta antiguerista se metamorfosasse numa reivindicação da paz como objectivo em si mesmo. Daí a admitir uma trégua com qualquer governo que promettesse suspender a intervenção de Portugal no conflito, ia um passo. Não deixa de ser uma ironia que a demagogia pacifista tivesse sido pelo menos tão bem sucedida como a demagogia guerrista na tentativa de obter uma relativa trégua social. Foi a elevação da paz à categoria de objectivo em si mesmo que permitiu a figuras burguesas como Machado Santos e como o próprio Sidó-

nio beneficiarem inicialmente da tolerância do movimento operário.

Em segundo lugar, a rápida conclusão da lua-de-mel com o sidonismo voltaria a colocar o problema. E mais uma vez se ficou aquém da estratégia leninista: na prática, aceitou-se, quando muito, a ideia de «transformar a guerra imperialista em greve geral». O fracasso da greve geral de 1918, realizada poucos dias depois do armistício, é o preço elevado que o movimento operário pagou pela ambiguidade com que sempre foi conduzido nesta questão.

Será a redacção de «A Aurora», pelo carácter empírico e artesanal da sua propaganda, uma corresponsável por esses dois desastres políticos? Sem dúvida. Mas não pode negar-se que, tacteando o caminho, o nosso semanário chegara pelo menos a equacionar o problema. A sua formulação não se assemelha à de Lenine, mas aproxima-se muito da de Liebknecht: «o inimigo está no nosso país». Em artigo publicado a 17 de Setembro, Clemente Vieira dos Santos afirmava: «quando o governo alemão falou na guerra, o povo alemão devia marchar, não para a fronteira, mas sobre Berlim; quando o governo austriaco declarou a guerra, o povo



FOB ou CIF ?
Para nós não é problema!...
prefira os navios portugueses

Serviços regulares de o mar:

INGLATERRA
FRANCA
ITALIA
U.S.A.
BENELUX | HOLANDA | BELGICA
ESPAÑA
NORTE DE ÁFRICA

ECO TEJO
ECO OURO
ECO SADO
ECO LIMA
ECO LANDES

ECO nave

linhas nacionais nas rotas internacionais

Agentes: FRENAVE - LISBOA • PORTO • SETÚBAL
UNIMAR - LISBOA • PORTO • AVEIRO



O coronel Ribeiro de Carvalho, que comandou o contingente português que desfilou sob o Arco do Triunfo, na Festa da Vitória. Mas a partilha no mundo foi mais importante que a da glória. Portugal alcançou o seu objectivo na guerra: conservar as colónias.

austro-húngaro devia marchar, armado, sobre Viena; quando o governo turco se preparava para se colocar ao lado da Alemanha e da Áustria, o povo devia marchar sobre Constantinopla; todos esses povos deviam escorraçar os seus governos das cadeiras do poder, mas expulsá-los para sempre...».

Assim, até nas orientações mais específicas do programa marxista-revolucionário contra a guerra, encontramos «A Aurora» no limiar de um terreno que, por definição, não é o seu. O peso da tradição anarcosindicalista começa a ser triturado pelas necessidades prementes da luta de classes. É certo que o horror à luta pelo poder prevaleceu na prática sobre o instinto seguro de quantos, como Clemente Vieira dos Santos, insinuavam a necessidade de «marchar sobre Lisboa». Mas também é verdade o facto de o nosso semanário testemunhar categoricamente que a classe foi o mais longe que podia ter ido numa situação em que não tinha direcção política para fazer da guerra uma insurreição.

Depois de mais de meio século em que a memória do movimento operário esteve in-

terdita, é justo recordar os dias em que se recusou a reconhecer como sua a partilha dos padrões e em que resistiu a fazer com a sua a guerra dos banqueiros.

Notas

(1) Segundo Manuel Joaquim de Sousa, que nos previne contra o pouco rigor dos seus números, o «record» das mobilizações grevistas fora atingido em 1911, com 162; e o «record» negativo regista-se justamente em 1916, com apenas 7. M. J. Sousa, «O Sindicalismo em Portugal», ed. Afrontamento, Porto, 1974, p. 177.

(2) Segundo José Pacheco Pereira, «se bem que o número de greves sofra uma acentuada quebra no ano da entrada de Portugal na guerra, em 1916, o seu número sofre um brusco aumento em 1917. As greves de 1917, feitas em condições desfavoráveis, visto que o país vive sob leis de excepção, são na sua quase totalidade realizadas por maiores salários e cifram-se na sua maioria por êxitos sucessivos». J. P. Pereira, «A greve geral de Novembro de 1918», Portucalense Editora, 1971, p. 38.

(3) «A crise da Social-democracia», Ed. Presença, 1974, p. 170.

(4) Norton de Mattos, então governador-geral de Angola e advogado duma tática para derrotar a revolta dos cuanhamas que consistiria em «miná-los» «com a política da corrupção e também com o medo» polemizara com os que tinham decidido recorrer à repressão brutal e imediata. Como quando se zangam as comadres, a divergência do então governador-geral permitiu a publicação dum testemunho que apresenta pérolas como esta: «As repressões e as represálias que se exerceram em toda a Angola... constituem um conjunto de atrocidades sem nome... Nem sequer a punição dos indígenas que poderíamos considerar como criminosos de guerra foi criteriosa, pois ela abrangeu pastores, agricultores e suas famílias, que nada tinham em comum com os guerreiros das tribos revoltadas, e que seriam incapazes de pegar m armas fosse contra quem fosse, porque a sua condição no clan lho não permitia. Fomos estúpidos e maus.» N. Mattos, «Memórias e trabalhos da minha vida», vol. IV, pp. 173 e 184. Ed. Marítimo-Colonial, Lisboa, 1945.

(5) Certamente não cabe à censura toda a responsabilidade do silêncio: são conhecidos os preconceitos colonialistas enraizados no movimento operário português. Veja-se o pormenor significativo narrado no relatório de Humbert Droz segundo o qual Rates preparara uma tese para o Congresso de fundação do PCP defendendo a venda das colónias à Inglaterra (citado por César Oliveira, «O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português», Ed. Seara Nova, 1975, p. 89).

(6) Obras Escolhidas, Ed. Avante, 1977. Vol. I, p. 563.

(7) Oeuvres Complètes, Ed. Sociales, Paris, 1976, tomo 21, pp. 285 e 287 (tradução nossa dos textos citados).